

**Relatório dos Auditores Independentes e
Demonstrações Contábeis**

Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR

31 de dezembro de 2023

**Aos
Diretores da
Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR
Goiânia – GO**

Referência: Relatório de Auditoria

Prezados,

Pelo presente encaminhamos aos cuidados da diretoria das Relatório de Auditoria da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, nosso parecer acerca dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

Fabíola Aleixo

Relatório de recomendações de Auditoria: Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Introdução	4
Desenvolvimentos dos trabalhos	4
Informações sobre a Entidade de Auditoria	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanco patrimonial	09
Demonstração dos resultados do exercício	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13



Introdução

Este relatório constitui parte de nosso exame inerente à revisão das operações e controles contábeis, da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, inscrita no CNPJ (MF) nº nº 16.987.837/0001-06, com sede na cidade de Porto Alegre/RS,.

Desenvolvimentos dos trabalhos

Nossos trabalhos foram desenvolvidos de acordo com com Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a NBC ITG 2002 – Entidade Sem Fins Lucrativos as Normas Brasileiras de Contabilidade e Auditoria, emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como melhor doutrina aplicável e atualmente em trabalhos de auditoria de Companhias públicas, Pronunciamentos Técnicos CPC, Lei 6.404/76 (atualizada), Lei nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Informações sobre a Empresa de Auditoria

A AWS Auditoria e Consultoria é uma empresa que trabalha na prestação de serviços de auditoria de asseguração e consultoria tributária, contábil e corporativa. A AWS conta com um time de profissionais dedicado aos serviços de auditoria, com experiência nos setores de comércio, indústrias, serviços e entidades sem fins lucrativos. Nossa atuação é pautada pelo rigor na adoção das boas práticas de governança corporativa e pela ética na condução dos negócios.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da
Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR
Porto Alegre/RS,

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Relatório de recomendações de Auditoria: Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades do terceiro setor.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Relatório de recomendações de Auditoria da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

- i) No ativo circulante, a conta de Contas a Receber apresenta um saldo de **R\$10.631.423,28** (nota explicativa nº 5). Identificamos uma divergência de **R\$3.389.562,66** em relação ao relatório fornecido pelas operadoras. Além disso, não foram encontradas evidências de que tenha sido realizado o registro de PECLD – Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa, conforme exigido pelo CPC de nº48. Devido à política adotada, concluímos que o Contas a Receber não está mensurado ao seu valor real recuperável através da PECLD. Diante disso, não emitimos opinião sobre este assunto.
- ii) Constatamos que não há evidências suficientes e apropriadas que a Empresa realiza a conciliação dos impostos a recuperar com saldo de **R\$ 14.886.279,15**, não foi apresentado relatórios que suportem o número apresentado (nota explicativa n.9). Em face do exposto, não emitimos opinião acerca desse assunto.
- iii) Constatamos que não há evidências suficientes e apropriadas de que a Empresa efetua conciliação contábil do intangível com saldo de **R\$ 73.347.074,76** (nota

explicativa n.11). Não foi realizado o teste do valor recuperável dos ativos registrados conforme NBC TSP 09 – Redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa e NBC TSP 10 – Redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa, o que não permitiu avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativo ao ativo. Em face do exposto, não emitimos opinião acerca desse assunto.

- iv) Constatamos que não há evidências suficientes e apropriadas que a Empresa realiza a conciliação dos fornecedores com saldo de **R\$ 5.227.113,84**, não foi apresentado relatórios que suportem o número apresentado (nota explicativa n.13). Em face do exposto, não emitimos opinião acerca desse assunto.

Ênfase

- i) Conforme delineado nas informações gerais das notas explicativas, o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul estipula que todas as rodovias sob a administração da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) sejam transferidas à iniciativa privada por meio de concessões. Em fevereiro de 2023, foram entregues à iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122, abrangendo as praças de pedágio de Flores da Cunha e Portão. No entanto, não foi estabelecida uma data para a conclusão deste plano de concessões. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional da companhia. Importa ressaltar que elas não contemplam eventuais ajustes ou ressalvas que possam advir das incertezas relacionadas ao andamento do plano de concessões. Este aspecto é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras no contexto atual.
- ii) A companhia está envolvida em disputas judiciais relativas à imunidade tributária sobre seus tributos federais e municipais, conforme detalhado nas notas explicativas de números 3.4, 10, 14 e 16. Até a data de apresentação destas notas explicativas, a empresa mantinha no ativo a quantia de R\$ 43.904.843,63 em depósitos judiciais, dos quais apenas R\$ 124.193,15 referem-se a outros depósitos judiciais de naturezas diversas. Em contrapartida, no passivo, há uma provisão totalizando R\$ 126.844.419,35.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria acerca desse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Portanto concluimos que não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis



A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR - continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Relatório de recomendações de Auditoria: Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR - são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

A auditoria das demonstrações financeiras de dezembro de 2022 foi conduzida por outro auditor, que expressou uma opinião na data de 21 de julho de 2023. Em decorrência disso, nossa responsabilidade é limitada aos saldos de abertura sobre os quais obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada durante nosso trabalho. Não realizamos procedimentos de auditoria retrospectivos sobre os saldos de abertura, pois dependemos do trabalho realizado pelos auditores anteriores. Conseqüentemente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente não abrange os saldos do período anterior.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 12 de dezembro de 2024.



AWS Auditoria e Consultoria Ltda
CRC-GO 003535/O-1

Fabíola Aleixo
CRC-GO 023578/O-9 –
CNAI/CVM 7644

Dayene Esteves
CRC-GO 022862/O-0 –
CNAI/CVM 7693

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A

Balço Patrimonial – em 31 de dezembro de 2023

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A
CNPJ nº 16.987.837/0001-06

	Notas	2023	2022
ATIVO			
CIRCULANTE		55.271.568,65	27.459.309,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	44.114.489,77	16.415.658,41
Contas a Receber	5	10.643.122,88	10.890.164,20
Depósitos Judiciais	6	315.851,95	20.751,29
Adiantamentos	7	198.104,05	132.736,04
NÃO CIRCULANTE		132.176.486,54	130.218.194,14
Créditos e valores	8	2.536,23	2.536,23
Impostos a recuperar	9	14.886.279,15	14.886.279,15
Depósitos Judiciais	10	43.904.843,63	38.445.918,10
Outros Valores a Receber		35.752,77	35.752,77
Imobilizado	11	86.539.204,79	87.992.971,34
Tangível	11	4.997.967,22	4.345.206,57
Móveis e Utensílios		317.445,23	346.244,90
Máquinas		10.388,00	10.388,00
Equipamentos		2.351.251,40	1.831.591,70
Computadores e periféricos		2.086.962,87	1.925.062,25
Impressoras		231.919,72	231.919,72
Intangível	11	84.594.238,55	90.142.682,46
Software		788.781,16	788.781,16
Imóveis		80.752.456,41	82.858.983,61
Projetos		3.036.214,11	3.036.214,11
Obras em andamento		16.786,87	3.458.703,58
Depreciação - Amortização	11	(16.245.131,01)	(17.640.181,14)
(-) Depreciação acumulada		(2.907.899,11)	(2.342.243,41)
(-) Amortização		(13.337.231,90)	(15.297.937,73)
TOTAL ATIVO		187.448.055,19	157.677.504,08
PASSIVO			
CIRCULANTE		122.360.368	120.417.226
Obrigações Trabalhistas	12	1.041.748,72	1.208.369,26
Fornecedores	13	12.593.447,46	18.570.351,09
Tributos e Contribuições Federais	14	1.796.185,05	2.374.844,66
Tributos Municipais		99.477.336,67	90.460.569,95
Outras Obrigações a Pagar	15	7.218.526,35	7.597.140,80
Adiantamento de clientes		31.694,96	8.001,32
Cauções		201.428,62	197.948,57
		-	-
NÃO CIRCULANTE		30.540.752,55	28.701.829,23
Provisões		27.940.752,55	26.101.829,23
Tributos Federais	16	27.940.752,55	26.101.829,23
Provisão Para Entrega de Praças	17	2.600.000,00	2.600.000,00
		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.546.934,81	8.558.449,20
Capital Social	18	63.583.815,59	43.583.815,59
Retenção de lucros		(97.578,50)	(97.578,50)
Reserva Legal		(34.927.787,89)	3.116.718,02
Prejuízos acumulados		-	-
Resultado do exercício		5.988.485,61	(38.044.505,91)
TOTAL PASSIVO		187.448.055,19	157.677.504,08

Demonstração do Resultado do Exercício – em 31 de dezembro de 2023
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A
CNPJ nº 16.987.837/0001-06

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita Líquida	19	178.489.058,70	217.851.606,14
Receita Bruta		224.909.735,28	271.869.140,65
(-) Deduções da Receita		(46.420.676,58)	(54.017.534,51)
Custos Operacionais	20	(140.345.224,47)	(229.427.107,90)
Custos		(140.345.224,47)	(229.427.107,90)
Lucro Bruto		38.143.834,23	(11.575.501,76)
Despesas Operacionais	21	(34.911.429,02)	(29.977.034,76)
Despesas com pessoal		(8.111.158,57)	(8.280.313,13)
Depreciação e amortização		(6.032.044,30)	(3.437.672,90)
Despesas comerciais		(230.000,00)	(945.816,69)
Despesas administrativas		(20.538.226,15)	(17.313.232,04)
Resultado Financeiro Líquido	22	3.506.204,55	4.616.369,12
Despesas Financeiras		(67.446,50)	(21.672,88)
Receitas Financeiras		3.573.651,05	4.638.042,00
Outras Receitas e Despesas Operacionais		1.088.799,17	694.000,40
Resultado Operacional		7.827.408,93	(36.242.167,00)
Provisões Fiscais	23	(1.838.923,32)	(1.802.338,91)
IRPJ/CSLL		(1.838.923,32)	(1.802.338,91)
Resultado do Exercício		5.988.485,61	(38.044.505,91)

Demonstração do Valor Adicionado – em 31 de dezembro de 2023
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A
CNPJ nº 16.987.837/0001-06

DESCRIÇÃO	2023	2022
1- RECEITAS	225.998.534,45	272.563.141,05
1.1 Receita de Arrecadação de Pedágios	224.909.735,28	271.869.140,65
1.2 Outras Receitas	1.088.799,17	694.000,40
1.3 PCLD	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	161.113.450,62	247.686.156,63
2.1 Custo de Operação	140.345.224,47	229.427.107,90
2.2 Despesas Operacionais	20.538.226,15	17.313.232,04
2.3 Despesas Comerciais	230.000,00	945.816,69
2.4 Outros	-	-
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)	64.885.083,83	24.876.984,42
4. Depreciação	(6.032.044,30)	(3.437.672,90)
5. Valor Adicionado Líquido pela entidade	58.853.039,53	21.439.311,52
6. Valor Adicionado recebido em transferência	3.573.651,05	4.638.042,00
6.1 Receita de aplicações	3.573.651,05	4.638.042,00
6.2 Resultado com MEP	-	-
6.3 Receita de dividendos	-	-
7. Valor Adicionado total a distribuir	62.426.690,58	26.077.353,52
8. Distribuição do Valor Adicionado	(62.426.690,58)	(26.077.353,52)
8.1 Pessoal e encargos	(8.111.158,57)	(8.280.313,13)
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	(48.259.599,90)	(55.819.873,42)
8.3 Remuneração de Capital de Terceiros	(67.446,50)	(21.672,88)
8.4 Remuneração de CP	(5.988.485,61)	38.044.505,91
8.4.1 - JCP	-	-
8.4.2 Dividendos	-	-
8.4.3 Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	5.988.485,61	(38.044.505,91)

Demonstração do Fluxo de Caixa – em 31 de dezembro de 2023

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A
CNPJ nº 16.987.837/0001-06

	2023	2022
Fluxo de Caixa Operacional		
Lucro/Prejuízo Líquido	5.988.485,61	(38.044.505,91)
Despesas com Depreciação	565.655,70	509.277,44
Despesas com Amortização	3.061.025,49	3.316.319,35
<u>Aumento/Diminuição do Ativo</u>		
Arrecadação das praças	249.041,32	(1.648.519,14)
Valores a receber	(2.000,00)	(3.181,88)
Depósitos Judiciais longo prazo	(5.754.026,19)	(11.778.622,72)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	-	532.230,10
Adiantamento a fornecedores	(3.000,00)	
Adiantamento a empregados	(62.368,01)	
<u>Aumento/Diminuição do Passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	(166.620,54)	189.890,46
Fornecedores	(6.053.593,28)	3.902.222,87
Obrigações Fiscais	8.438.107,11	10.529.452,76
Outras contas a pagar	(378.614,45)	(339.643,61)
Adiantamento de clientes	23.693,64	
Valores Retidos de Fornecedores	76.689,65	
Cauções	3.480,05	
Provisões	-	(874.643,69)
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	1.838.923,32	1.324.719,79
Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.824.879,42	(32.385.004,18)
Fluxo de Caixa Investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado	(652.760,65)	(553.838,51)
Aquisição/baixa de intangível	526.712,59	(1.296.322,59)
Aumento de Capital	20.000.000,00	-
Caixa Líquido Atividades Investimentos	19.873.951,94	(1.850.161,10)
Fluxo de Caixa Financiamentos		
Caixa Líquido Atividades Financiamentos		
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	27.698.831,36	(34.235.165,28)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	16.415.658,41	50.650.824,69
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	44.114.489,77	16.415.658,41

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM


31 DE DEZEMBRO DE 2023.

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A

CNPJ nº 16.987.837/0001-06

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A Companhia tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Até 02/2023 a Companhia estava autorizada pelo governo do estado a administrar 12 praças de pedágio – atualmente, por tempo indeterminado, está autorizada a administrar 10 praças de pedágio aplicando seus recursos em 13 rodovias, abrangendo 44 municípios do estado.

 Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelo novos decretos					
Praça	Trecho	Rodovia	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	Entr. BR-5116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	ERS-239	13,23	88,77	75,54
Santo Antônio da Patrulha	Entr. BR-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	ERS-474	0,00	32,64	32,64
Viamão	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	ERS-040	11,00	94,85	83,85
	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	ERS-784	0,00	14,75	14,75
Três Coroas	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	ERS-115	0,00	41,97	41,97
	Entr. BR-5116 (P/Caxias do Sul - Início TRV-Mun) - Entr. ERS-115 (Gramado)	ERS-235	0,00	34,64	34,64
Gramado	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	ERS-235	34,64	42,31	7,67
	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	ERS-466	0,00	7,22	7,22
	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	ERS-235	42,31	76,32	34,01
São Francisco de Paula	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	ERS-020	89,05	95,40	6,35
	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	ERS-020	67,18	89,05	21,87
Encantado	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	ERS-130	69,19	97,27	28,08
	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	ERS-129	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	Entr. BR-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	RSC-453	37,97	96,18	58,21
	Entr. BR-386 (B) (P/ Tabaj) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	ERS-128	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	RSC-453	0,00	29,83	29,83
Coxilha	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BR-153 (A) (P/ Erechim)	ERS-135	0,00	78,33	78,33
Total					630,62

Conforme o plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul todas as rodovias que estão sob a administração da EGR devem ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões. Em fevereiro de 2023 foram entregues para a iniciativa privada os trechos das rodovias RSC-240 e RSC-122 que abrangem as praças de Flores da Cunha e Portão.

As demais praças administradas pela EGR, as propostas de concessão estão sendo reavaliadas, sem data prevista para publicação dos editais.

2. Base de Preparação

As Demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas da comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em xx de xx de xx.

2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

3.2. Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3. Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.4. Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554- 33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR, contudo, a decisão foi recentemente revertida no TRF/4 e está pendente de recurso.

3.5. Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que registra mensalmente o seu rendimento. A Companhia não possui nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

3.6. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui registrado como ativos intangíveis obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de softwares, ambos registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização.

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

3.8. Impairment

A Companhia realiza a revisão anual para os ativos tangíveis e na revisão do exercício de 2023 não se constatou necessidade de registrar provisão.

Para os ativos intangíveis não efetuou a revisão, portanto em seu julgamento não identificou mudanças significativas no cenário de atuação que possa justificar uma desvalorização de tais ativos no período. Em função disso optou por não realizar o Impairment sobre esses ativos.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.10. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente

3.11. Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas associados a estrutura das rodovias são monitorados por meio de visitas periódicas realizadas por engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente a violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

4. Disponível

As Aplicações Financeiras da Companhia são gerenciadas pela Secretária da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores demonstrados são os valores disponíveis ao final de cada exercício.

Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Numerário em Caixa	2.188,72	27,76
Banco Conta Corrente	2.661.654,49	227.648,04
Aplicações	41.450.646,56	16.187.982,61
Total	44.114.489,77	16.415.658,41

5. Clientes a Receber

Os valores de Arrecadação de Praças são créditos decorrentes da arrecadação de pedágios realizados por meio de sistemas de pagamento eletrônico utilizados pelos usuários das rodovias administradas pela companhia.

Esses sistemas de pagamento eletrônico permitem a transação automatizada, oferecendo maior conveniência aos usuários e agilidade no fluxo das praças de pedágio. Os valores são apurados com base nos relatórios disponibilizados pelas operadoras desses sistemas, que efetuam a liquidação financeira em prazos estabelecidos contratualmente.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Arrecadação das praças	10.637.872,88	10.886.914,20
Outros Valores a receber	5.250,00	3.250,00
Total	10.643.122,88	10.890.164,20

6. Depósitos Judiciais Curto Prazo

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Depósitos Judiciais	315.851,95	20.751,29
Total	315.851,95	20.751,29

7. Adiantamentos

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Adiantamento a fornecedores	128.797,74	125.797,74
Adiantamento a empregados	69.306,31	6.938,30
Total	198.104,05	132.736,04

8. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação da companhia e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos. Estes valores estão em cobrança judicial através de ação indenizatória nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 5051947-19.2018.8.21.0001/RS. Em primeira instância o processo foi julgado improcedente. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas desses processos. A EGR apresentou recurso de apelação e o processo encontra-se aguardando julgamento no TJ/RS.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Valores Rejeitados Indevidamente	11.048.423,55	11.048.423,55
Provisão para Perda	(11.048.423,55)	(11.048.423,55)
Despesas Reembolsáveis	2.536,23	2.536,23
Total	2.536,23	2.536,23

9. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2023 estão assim distribuídos:

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
IRRF a Recuperar	17.564,29	17.564,29

INSS a Recuperar	129.963,45	129.963,45
ISSQN a Recuperar	2.941,82	2.941,82
CSLL a Recuperar	3.181.423,43	3.181.423,43
IRPJ a Recuperar	11.554.386,16	11.554.386,16
Total	14.886.279,15	14.886.279,15

10. Depósitos Judiciais Longo Prazo

A Companhia, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo exposto na nota explicativa de número 16.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
DJ – Imposto de Renda 2014	3.761.739,60	3.761.739,60
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858.073,31	2.858.073,31
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091.265,01	4.091.265,01
DJ – Imposto de Renda 2017	1.424.921,18	1.424.921,18
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166.265,08	5.166.265,08
DJ – Imposto de Renda 2019	4.376.659,35	4.376.659,35
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098.185,91	3.098.185,91
DJ – Imposto de Renda 2022	1.324.719,79	1.324.719,79
ISSQN - Imposto sobre Serviços	17.678.821,25	12.219.895,72
Depósitos Judiciais	124.193,15	124.193,15
Total	43.904.843,63	38.445.918,10

11. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela Companhia, estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	153.347,23	21.600,00	(50.399,67)	(1.866,97)	122.680,59
Máquinas	594,09			(R\$ 578,56)	15,53
Equipamentos	1.173.683,31	951.046,45	(431.386,75)	(184.475,59)	1.508.867,42
Computadores e periféricos	564.456,58	186.068,03	(24.167,41)	(337.562,07)	388.795,13
Impressoras	110.881,95	0,00	0,00	(41.172,51)	69.709,44
(-) Perda valor não recuperável	0,00				
Total	2.002.963,16	1.158.714,48	(505.953,83)	(565.655,70)	2.090.068,11

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	163,34	0,00	0,00	(163,38)	(0,04)
Imóveis	68.349.663,70	5.050.593,23	(7.157.120,43)	1.960.869,21	68.204.005,71
Obras em andamento	3.458.703,58	5.196.091,09	(8.638.007,80)	0,00	16.786,87

Projetos	3.036.214,11	0,00	0,00	0,00	3.036.214,11
Total	74.844.744,73	10.246.684,32	(15.795.128,23)	1.960.705,83	71.257.006,65
TOTAL IMOB. E INTAGIVEL.	76.847.707,89	11.405.398,80	(16.301.082,06)	1.395.050,13	73.347.074,76

No intangível, na conta de Imóveis e Obras em Andamento, estão registrados valores de obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela Companhia, amortizados a taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço, não seja suficiente para recuperar o investimento, exceto caracterizado os eventos de fato do príncipe, caso fortuito e força maior, caracterizando assim álea econômica extraordinária

Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

11.1. Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012, a Companhia utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio da EGR, pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto, apesar de solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289, mesmo não constando no patrimônio da EGR, a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

12. Obrigações Trabalhistas

As provisões de obrigações trabalhistas são revisadas periodicamente para assegurar que refletem as melhores estimativas da administração, considerando eventuais alterações nas obrigações legais, contratuais ou regulatórias. Essas provisões são calculadas com base nos direitos adquiridos

pelos empregados até a data-base das demonstrações contábeis e incluem os valores relativos a encargos sociais obrigatórios.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Provisão de Férias a Pagar	730.220,61	768.221,76
INSS a Pagar	125.875,43	196.562,28
FGTS a Pagar	37.278,05	58.689,62
IRRF a Pagar	116.012,12	151.652,17
AFEGRO	15.789,18	12.571,09
Consignado	16.573,33	16.235,18
Total	1.041.748,72	1.208.369,26

13. Fornecedores

As retenções de fornecedores importam em valores que causaram alguma forma de prejuízo direto a empresa causado pelo fornecedor e não estão suportados pelos valores da Caução. Dessa forma a empresa adota o procedimento de reter o valor necessário para cobertura do prejuízo no momento do pagamento.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Fornecedores	7.366.333,62	13.419.926,90
Valores Retidos de Fornecedores	5.227.113,84	5.150.424,19
Total	12.593.447,46	18.570.351,09

14. Tributos e Contribuições

14.1 Federais

Os tributos federais e contribuições a recolher estão apresentados no passivo circulante das demonstrações financeiras. Os valores são apurados de acordo com a legislação fiscal vigente e reconhecidos quando as respectivas obrigações são incorridas.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
PIS a Recolher	131.685,24	149.021,81
COFINS a Recolher	607.777,02	687.791,98
IR Terceiros	127.837,29	181.794,84
INSS Terceiros	204.752,07	259.583,64
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	724.133,43	1.096.652,39
Total	1.796.185,05	2.374.844,66

14.2 Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela Companhia é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, e está sendo recolhido em depósito judicial desde NOV/21 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária através do processo judicial nº 5016668-11.2014.8.21.0001. Pelo princípio da prudência, os valores de 2023, totalizando R\$ 8.699.842,28, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 98.903.666,80 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Em função de decisão liminar deferida na ocasião da interposição do processo, que suspendeu a obrigatoriedade do pagamento do imposto em 2014, no período de 2014 a 2021 não foram realizados depósitos

judiciais. Com nova decisão modificando a liminar, os depósitos judiciais passaram a ser feitos a partir de novembro de 2021. O processo encontra-se em fase probatória, aguardando decisão. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a Companhia no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
ISSQN Terceiros	573.669,87	256.745,43
ISSQN Faturamento	98.903.666,80	90.203.824,52
Total	99.477.336,67	90.460.569,95

15 Outras Obrigações a Pagar

Em DEZ/18, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898.589,29 e tramitou a autorização para reconhecimento no processo administrativo PROA 17/0496-0005205-8. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela Companhia que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos.

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Juros s/Capital Próprio a Pagar	5.898.589,29	5.898.589,29
Outras Contas a Pagar	1.319.937,06	1.698.551,51
Adiantamento de clientes	31.694,96	8.001,32
Caução	201.428,62	197.948,57
Total	7.451.649,93	7.803.090,69

16 Provisões – Tributos Federais

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
DJ – Imposto de Renda 2014	3.761.739,60	3.761.739,60
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858.073,31	2.858.073,31
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091.265,01	4.091.265,01
DJ – Imposto de Renda 2017	1.424.921,18	1.424.921,18
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166.265,08	5.166.265,08
DJ – Imposto de Renda 2019	4.376.659,35	4.376.659,35
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098.185,91	3.098.185,91
DJ – Imposto de Renda 2022	1.324.719,79	1.324.719,79
Imposto de Renda a Pagar IRPJ	1.345.796,56	-
Contribuição Social Liquida a Pagar	493.126,76	-
CSLL		
Total	27.940.752,55	26.101.829,23

A Companhia, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável

a longo prazo este demonstrado na nota explicativa de número 10 e correspondente obrigação no exigível a longo.

17 Provisão Para Entrega de Praças

No exercício de 2020, em função do plano de concessão de rodovias a iniciativa privada do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi constituída uma provisão para fazer face a possíveis perdas por ocasião da desativação da praça com a entrega para a iniciativa privada, uma vez que esse processo de concessão já estava em andamento. O tema foi objeto de discussão e explicação em reunião ordinária do conselho fiscal da companhia em 22 de setembro de 2021. Nos exercícios seguintes, a companhia não observou fatos relevantes que justificassem a modificação da provisão, pois as atuais praças administradas pela EGR, que estão previstas no plano de concessões do Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo reavaliadas, sem data prevista para publicação dos editais.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Provisão para Entrega de Praças	2.600.000,00	2.600.000,00
Total	2.600.000,00	2.600.000,00

18 Patrimônio Líquido

18.1.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 63.583.815,59 (sessenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR, publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593, era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

18.1.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2023 foi aferido lucros de R\$ 5.988.485,61, mas foi decidido não remunerar os investidores, muito por causa da política da Companhia que é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação LEI N.º 14.033, de 29 de Junho de 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

18.2 Prejuízos Acumulados

A conta Prejuízos Acumulados absorveu o resultado do período. Este resultado será levado a apreciação pela Assembleia Geral da Companhia que deliberará seu destino.

	31/DEZ/23	31/DEZ/22
Resultado Acumulado Exérc. Anteriores	(38.044.505,91)	-
Resultado do Exercício	5.988.485,61	(38.044.505,91)
Total	(28.939.302,28)	(38.044.505,91)

19 Receita Operacional Líquida

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida.

Em função da característica de operação da companhia se faz necessário o esclarecimento de alguns termos utilizados:

- Multipassagem: o veículo que passa mais de uma vez no mesmo sentido dentro das 24hs do dia, a primeira passagem ele paga no sentido as demais não são pagas.
- Violação: ocorre quando o veículo passa pela praça e por algum motivo não realiza o pagamento da tarifa, tais como problema de leitura no controle eletrônico, ou até mesmo fuga do condutor.
- Isento: São usuários pré-cadastrados com amparo a isenção, tais como determinados órgãos públicos.
- Isentado: Ocorre quando o usuário é isentado no ato da passagem devido ao tipo de veículo e ele não possui um pré-cadastro, nesse caso a isenção é realizada no ato da passagem do veículo.

Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Receita de Arrecadação	224.909.735,28	271.869.140,65
(-) Deduções sobre a receita	(46.420.676,58)	(54.017.534,51)
PIS	(1.293.164,23)	(1.571.839,52)
COFINS	(5.968.471,67)	(7.254.643,91)
ISSQN	(8.699.842,28)	(10.504.593,88)
Isentos	(2.071.724,35)	(2.623.037,70)
Multipassagem	(10.172.731,75)	(11.524.629,90)
Isentados	(18.143.499,85)	(20.489.700,70)
Violação	(71.242,45)	(49.088,90)
Receita Operacional Líquida	178.489.058,70	217.851.606,14

20 Custos dos Serviços Prestados

Os custos operacionais incorridos pela Concessionária refletem os dispêndios necessários para a manutenção da qualidade, segurança e sustentabilidade das rodovias sob concessão. Esses custos estão diretamente associados às obrigações contratuais previstas no contrato de concessão, tais como Manutenção de Pavimentos, Conservação Rodoviária, Sinalização, Gestão Ambiental, Custos de arrecadação e atendimento ao usuário

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Custos Operacionais	(140.345.224,47)	(229.427.107,90)
	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Custos De Operação	140.260.741,70	229.330.898,83
Ressarcimento Para Usuários	75.728,98	89.354,15
Indenização Para Os Usuários	7.462,09	5.812,89
Devolução De Cobrança Indevida	1.291,70	1.042,03
Total	140.345.224,47	229.427.107,90

21 Despesas Operacionais

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

Despesas Operacionais	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
(-) Deduções sobre a receita	(34.911.429,02)	(29.977.034,76)
Despesas Administrativas	(26.570.270,45)	(20.750.904,94)
Despesas com Pessoal	(8.111.158,57)	(8.280.313,13)
Despesas Comerciais	(230.000,00)	(945.816,69)

22 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresenta a seguinte composição:

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Receitas Financeiras	3.573.651,05	4.638.042,00
Remuneração Financeira SIAC	3.499.838,59	3.820.499,11
Descontos Obtidos/Variação Monetária Ativa	73.812,46	817.542,89
Despesas Financeiras	(67.446,50)	(21.672,88)
Encargos e Juros de Mora	(127,41)	(515,57)
Variação Monetária Passiva	(67.319,09)	(21.157,31)

23 IRPJ e CSLL

Foi feita a provisão desses tributos, mas a exigibilidade do IRPJ está sendo contestada judicialmente, conforme já mencionado nas notas 10 e 16, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça.

	<u>31/DEZ/23</u>	<u>31/DEZ/22</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	1.345.796,56	1.324.719,79
Contribuição Social Lucro Líquido	493.126,76	477.619,12
	<u>1.838.923,32</u>	<u>1.802.338,91</u>

Luis Fernando Pereira Vanacor
 Diretor Presidente
 CPF nº 476.590.680-91

Marcus Eduardo Pias Dos Santos
 Contador CRC/RS 43.300/0-4
 Cpf: 430.345.350-15